



ATA N.º 4/2026

DA 3.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 2026
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 25 DE FEVEREIRO DE 2026

-----No dia 25 de fevereiro de 2026, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de dezembro de 2025 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no dia 23 de fevereiro de 2026 e a 2.ª Reunião que se tinha realizado no dia 24 de fevereiro de 2026 e de que faltam tratar os seguintes Pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação - 2026-2029;*
- PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta da 2.ª Revisão do Regulamento do Conselho Municipal Sénior;*
- PONTO 9 - *Apreciação e votação da proposta de nomeação de auditor externo, Certificação Legal e Parecer, das contas individuais e consolidadas da Câmara Municipal de Lagos, para os exercícios económicos de 2026 a 2029.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Dado o pedido de substituição, para a Sessão, da Sra. Presidente da Mesa, Sra. Maria Paula Couto (PS) e estando presentes a Primeira e o Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Sra. Sónia Melo (PS) e o Sr. José Jácome (PS), assumiu funções de Presidente da Mesa a Primeira Secretária, passando o Segundo Secretário a exercer funções de Primeiro Secretário. A Sra. Presidente, em exercício, convidou para exercer as funções de Segundo Secretário, durante esta Reunião, um Membro do PS, Sr. Fábio Gonçalves (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João). Verificada a existência de quórum, iniciou-se a presente Reunião, quando eram 20 horas e 34 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca
PS	Dina Paula Furtado Bravo Seromenho de Cintra
PS	Eduardo Seabra Carmo Ribeiro
PS	Fábio José Leal Gonçalves (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João) 2.º Secretário, em exercício
PS	José António dos Santos Guerreiro
PS	José Manuel da Silva Jácome 1.º Secretário, em exercício



Fl. 51v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Manuela Margarido Rodrigues
PS	Patrícia Filipe Fernandes da Silva (Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos)
PS	Rita Sofia Marreiros de Meneses Toste
PS	Rui Manuel Imaginário Maurício (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Sofia Isabel de Jesus Domingos dos Santos Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo Presidente, em exercício
AD	Carlos Miguel dos Santos Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
AD	João Pedro Catarino Campos
AD	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima
AD	Maria João de Lacerda Caetano
AD	Nuno José Nobre Serol Bento Rocha
CHEGA	Carlos Alberto dos Santos Carmelino
CHEGA	Diná Ester dos Reis Graça
CHEGA	Margarida Maurício Correia
CHEGA	Sandra Maria Francisco Marques de Carvalho Oliveira
LCF	Rui Manuel Dias Leonardo
CDU	Daniel Rodrigo Pinto José

-----**ENTRARAM NO DECORRER DA REUNIÃO**, no momento assinalado na Ata, os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
CHEGA	Mário João da Luz Santos
AD	Rui Filipe Machado de Araújo

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**



GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins	Reunião	Rui Manuel dos Santos Rodrigues

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - TOMADA DE POSSE:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
LCF	Rui Manuel dos Santos Rodrigues	Reunião	Rui Manuel Dias Leonardo

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vice-Presidente
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PSD	Gilberto Repolho dos Reis Viegas - Vereador
PSD	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques - Vereador
CHEGA	Paulo Jorge Rosário Dias - Vereador

-----VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA, NESTA REUNIÃO, DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Presidente

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

-----PONTO 7 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO - 2026-2029: Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-706-7.-----

-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA) indicou o sentido de voto. Informou que se opõem parcialmente a este Plano, por considerar existir uma imposição da ideologia de género na Agenda 2030 da ONU. Disse considerar que a introdução da disforia de género e da promoção da identidade de género fluida nas políticas globais não é apenas um desvio da verdadeira questão do desenvolvimento sustentável, mas também uma tentativa de imposição de uma agenda ideológica que distorce a realidade biológica. Lembrou que existem apenas dois sexos biológicos e que as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 52v.

tentativas de desconstruir esta realidade constituem, no seu entendimento, um ataque aos valores tradicionais da família como base da sociedade, atingindo o elo mais fraco, que são as crianças, e comprometendo a estabilidade social. Referiu que se deveria questionar a imposição da disforia de género nas prioridades globais, por, no seu entender, ignorar a biologia. Disse que a ONU estaria a promover um modelo de sociedade que poderia tornar-se alienante para muitos cidadãos, especialmente para aqueles que defendem os valores da família e uma compreensão biológica da realidade. Lembrou que as cirurgias de mudança de sexo são, no seu entender, altamente mutilantes e irreversíveis e que poderiam estar associadas a situações de sofrimento psicológico. Acrescentou que, embora existam mutações genéticas raras que podem resultar no nascimento de pessoas intersexo, estas situações têm baixa incidência e são acompanhadas clinicamente. Lembrou ainda que, no período nazi, ocorreram experiências em seres humanos desprovidas de quaisquer valores éticos. Referiu que o Grupo Municipal do CHEGA não iria permitir que, em nome de correntes ideológicas, se normalizassem intervenções irreversíveis em crianças e jovens que, no seu entendimento, não têm maturidade suficiente para decidir sobre o seu futuro. Lembrou que cada pessoa tem a sua orientação sexual e afirmou defender a igualdade de género em todos os sentidos. Referiu que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU deveriam centrar-se em problemas como a erradicação da pobreza, a promoção da educação, da saúde e da proteção do ambiente. Explicou que, no seu entender, não se deveria desviar a atenção para ideologias de género que considera não estarem cientificamente comprovadas nem serem apenas construções sociais que confundem as pessoas e que, na sua perspetiva, não são aceites pela maioria da população. Lembrou que Portugal é um dos países da União Europeia onde, entre 2012 e 2023, entraram mais imigrantes, considerando que o sistema não tem capacidade de resposta. Disse defender a inclusão com critérios, baseada no respeito pela cultura, leis e valores portugueses, incluindo a aprendizagem da língua portuguesa e critérios que permitam apoiar quem vem para trabalhar, em vez de depender do sistema.-----

-----**ENTRADA DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção entraram os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DA MEMBRO	HORA
CHEGA	Mário João da Luz Santos	20.37
AD	Rui Filipe Machado de Araújo	20.37

-----O Sr. João Campos (AD) disse que este plano faz sentido e que trata temas fundamentais, como o da igualdade. Lembrou que ainda há um longo caminho a percorrer e referiu que, na sua geração, se reconhece o trabalho feito e os vários desafios existentes, tornando este plano essencial. Referiu que era importante fazer um balanço do plano de 2023. Considerou que este plano é demasiado extenso e que deveria haver um sumário executivo para facilitar a sua leitura. Relativamente ao eixo três do Plano de Ação, disse que são referidas ações de sensibilização junto das escolas, porém considerou fundamental dar respostas concretas aos problemas,



exemplificando. Destacou a desigualdade de género no desporto, referindo que existem 1948 atletas masculinos e 917 atletas femininos. Questionou se havia alguma perspetiva de criação de novos clubes em modalidades menos convencionais, de forma a equilibrar o número de praticantes de ambos os sexos.-----

-----O Sr. Daniel José (CDU) referiu que alguns dos inquiridos para este plano discordavam que existissem as mesmas oportunidades de trabalho e de remuneração entre homens e mulheres, principalmente no setor privado. Saudou as medidas previstas neste documento no que diz respeito à remuneração das colaboradoras do Município de Lagos.-----

-----O Sr. Eduardo Ribeiro (PS) respondeu que não existe ideologia de género e afirmou que, cientificamente, existem dois sexos. No entanto, lembrou que vários cientistas, nas áreas da genética, sociologia e outros campos académicos, têm vindo a afirmar que o género não é igual ao sexo e/ou à expressão de género, tratando-se de uma questão cultural. Relativamente aos suicídios, esclareceu que a taxa elevada se verifica entre jovens com dúvidas sobre a sua identidade. Informou que, das pessoas que realizaram transição de sexo, apenas cerca de 1% reverteram o processo, segundo a OMS. Explicou que a taxa elevada de suicídios está associada a pessoas que não tiveram acompanhamento médico e/ou psicológico durante o processo. Referiu que não existem crianças nem jovens a realizar cirurgias de mudança de sexo, sendo, no entanto, acompanhados por equipas especializadas. Destacou a importância da sensibilização para evitar preconceitos e situações de violência, como um caso ocorrido no concelho de Portimão, onde uma mulher transgénero foi agredida, ficando em estado grave.-----

-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA) respondeu que há países europeus onde já foram criadas medidas restritivas sobre este tema. Referiu que este tipo de cirurgias ocorre no setor privado e tem um objetivo económico. Disse respeitar quem as realiza, mas afirmou que o Grupo Municipal do CHEGA se opõe à sua aplicação em crianças e jovens, por considerarem não ter maturidade para tomar esse tipo de decisões.-----

-----O Sr. Eduardo Ribeiro (PS) solicitou que o Grupo Municipal do CHEGA apresentasse dados concretos sobre cirurgias realizadas sem consentimento parental e sem aconselhamento médico.-----

-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA), relativamente à posição do Vereador do CHEGA na Câmara Municipal, referiu que, quando foi membro da Assembleia Municipal, trouxe este plano para aprovação, tendo o mesmo sido reprovado, o que, no seu entender, demonstra coerência. Explicou que não poderia apresentar casos concretos por razões éticas, deontológicas e legais, nomeadamente devido à Lei de Proteção de Dados. Referiu que Portugal é um dos países da União Europeia com maior prevalência de doença mental, apresentando vários dados estatísticos sobre perturbações psiquiátricas.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) saudou a Autarquia pela elaboração de um documento participado, com metodologia de avaliação e monitorização. Referiu que o plano aborda não apenas a questão da ideologia de género, mas também a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 53v.

igualdade e a não discriminação em várias áreas. Destacou o papel do Partido Socialista na promoção da igualdade, nomeadamente através da lei da paridade, considerando-a uma conquista importante para a sociedade. Demonstrou preocupação com a violência no namoro, referindo que as estatísticas são preocupantes e que os jovens devem ser sensibilizados para identificar este fenómeno. -----

-----O Sr. Eduardo Ribeiro (PS) disse subscrever as palavras do Sr. Márcio Viegas, referindo que os dados demonstram a prevalência de problemas de saúde mental. Acrescentou que a identidade de género deixou de ser considerada uma perturbação mental pela OMS.-----

-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA) recordou que sugeriu a votação ponto a ponto do documento, por considerar que o mesmo contém aspetos positivos, reiterando que o sentido de voto do grupo se baseia nos critérios anteriormente apresentados.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) saudou a Câmara Municipal pela criação do plano, reconhecendo a importância de instrumentos eficazes no combate à discriminação. Referiu que uma política pública exige um diagnóstico aprofundado e soluções adequadas, bem como acompanhamento e monitorização das ações. Questionou qual foi o contrato que deu origem ao documento. Considerou que o plano é fraco ao nível do enquadramento e diagnóstico, não apresentando avaliação de resultados nem do plano anterior. Questionou ainda a validade da amostragem utilizada e a forma de avaliação do plano, considerando insuficientes os indicadores apresentados. Referiu que alguns documentos bibliográficos são desatualizados. Questionou se o plano tem utilidade prática e sugeriu uma reflexão sobre o conceito de igualdade.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) referiu que um dos principais fatores de desigualdade é o acesso à habitação. Criticou a ausência de medidas relacionadas com a pressão urbanística, imóveis devolutos e alojamento local, considerando que estas questões deveriam estar mais presentes no plano.-----

-----O Sr. Carlos Carmelino (CHEGA) referiu que a igualdade deve ser transversal, incluindo a igualdade salarial entre setores.-----

-----A Sra. Vereadora Sara Coelho respondeu que o plano se enquadra numa estratégia internacional e nacional de promoção da igualdade. Explicou que o primeiro plano foi desenvolvido internamente e que este documento resulta de um diagnóstico consistente. Referiu que questões como IMI ou habitação não se enquadram neste tipo de plano, por se tratar de matérias socioculturais. Destacou a importância de trabalhar temas como género, orientação sexual e violência, promovendo uma sociedade mais inclusiva. Referiu que é consensual a existência de dois sexos biológicos, mas que o conceito de género é mais amplo. Esclareceu que não se trata de impor ideologias, mas de reconhecer realidades e promover o respeito pela diversidade. Relativamente à imigração, afirmou que esta contribui para a sociedade e que o sistema depende de todos. Referiu que o plano anterior esteve em vigor até 2023 e que a avaliação de impacto é complexa, sendo este um processo



contínuo. Informou que existe uma rede de entidades envolvidas na implementação das medidas e que se espera alcançar resultados progressivos.-----

-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA) considerou que existe uma visão simplista sobre identidade de género e criticou políticas de imigração que, no seu entender, não garantem integração adequada.-----

-----A Sra. Vereadora Sara Coelho respondeu que a diversidade de opiniões justifica a existência destes planos e afirmou que não existem políticas de “portas abertas”, existindo regras definidas.-----

-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA) reiterou que a multiculturalidade apresenta desafios e defendeu a necessidade de regras e critérios claros.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Sete da Ordem do Dia: **PROPOSTA DO PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO - 2026-2029**, que obteve o seguinte resultado:

	PS	AD	CHEGA	LCF	CDU	TOTAL
VOTOS A FAVOR	13	0	0	1	1	15
ABSTENÇÕES	0	6	0	0	0	6
VOTOS CONTRA	0	0	5	0	0	5

-----**DELIBERAÇÃO N.º 44/AM/2026:**

-----**Aprovado**, por maioria, com 15 votos a favor (13 do PS [Carlos Fonseca, Dina Cintra, Eduardo Ribeiro, Fábio Gonçalves, José Guerreiro, José Jácome, Márcio Viegas, Maria Manuela Rodrigues, Patrícia Silva, Rita Toste, Rui Maurício, Sofia Santos, Sónia Melo], 1 da LCF [Rui Leonardo] e 1 da CDU [Daniel José], 5 votos contra do CHEGA (Carlos Carmelino, Diná Graça, Margarida Correia, Mário Santos, Sandra Oliveira) e 6 abstenções da AD (Carlos Vieira, Filomena Sena, João Campos, Maria João Caetano, Nuno Rocha e Rui Araújo), e 6 abstenções da AD (Carlos Vieira, Filomena Sena, João Campos, Maria João Caetano, Nuno Rocha e Rui Araújo), o Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação de 2026-2029, de acordo com a alínea h), do n.º 1 do Artigo 25.º do Anexo I Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 12 de fevereiro de 2026.-----

-----O Sr. Nuno Rocha, do Grupo Municipal da AD, apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Eu abstive-me. Nunca poderia votar a favor deste plano. É um plano frágil, principalmente quando refere que a perceção dos inquiridos é que as maiores desigualdades se encontram nos domínios do emprego, da saúde e, sobretudo, da habitação, onde existem fortes níveis de discordância quanto à existência de igualdade de oportunidades. O tema da habitação é referido várias vezes e, ainda assim, a Senhora Vereadora Sara Coelho negligencia o papel da habitação, afirmando que não deve ser abordado neste plano. Não há uma única medida sobre o fomento da igualdade de oportunidades no acesso à habitação. Além disso, quando se defende que devemos ter níveis elevados de imigração, não se reconhece que o grande problema dos imigrantes que vivem em Lagos é



Fl. 54v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

precisamente a habitação. Portanto, nunca poderia votar favoravelmente um plano que é frágil e que nem sequer aborda, trata ou implementa medidas para a maior desigualdade reconhecida pelos inquiridos, que é o acesso à habitação. Suponho, assim, que a Senhora Vereadora nem sequer leu este plano. Obrigado.”-----

-----**PONTO 8 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA 2.ª REVISÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL SÉNIOR:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-706-8.-----

-----Sem que tenha sido alvo de quaisquer intervenções, foi colocado a votação o Ponto Oito da Ordem do Dia: **PROPOSTA DA 2.ª REVISÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL SÉNIOR.**-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 45/AM/2026:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, com 26 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Dina Cintra, Eduardo Ribeiro, Fábio Gonçalves, José Guerreiro, José Jácome, Márcio Viegas, Maria Manuela Rodrigues, Patrícia Silva, Rita Toste, Rui Maurício, Sofia Santos, Sónia Melo], AD [Carlos Vieira, Filomena Sena, João Campos, Maria João Caetano, Nuno Rocha, Rui Araújo], CHEGA [Carlos Carmelino, Diná Graça, Margarida Correia, Mário Santos, Sandra Oliveira], LCF [Rui Leonardo] e CDU [Daniel José]), a 2.ª Revisão do Regulamento do Conselho Municipal Sénior, de acordo com a alínea g), do n.º 1 do Artigo 25.º do Anexo I Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 12 de fevereiro de 2026.-----

-----**PONTO 9 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO, CERTIFICAÇÃO LEGAL E PARECER, DAS CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS, PARA OS EXERCÍCIOS ECONÓMICOS DE 2026 A 2029:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-706-9.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) questionou, do ponto de vista da Câmara Municipal, qual era a justificação para que houvesse apenas um candidato.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Reis, explicou que o procedimento escolhido para o concurso foi uma consulta prévia, tendo sido enviado o convite a três sociedades, das quais apenas uma concorreu dentro dos prazos estipulados, lembrando que, por vezes, nem sequer aparecem candidatos. Acrescentou que o procedimento tinha cumprido todos os trâmites legais.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) questionou se se tratava do mesmo concorrente dos últimos anos.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Reis, respondeu que sim e questionou se havia alguma irregularidade ou alguma situação menos clara.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) lembrou que, na revisão do orçamento aprovada na 2.ª reunião da presente sessão, se verificava que faltava um passo entre o orçamento



e a respetiva revisão. Referiu que houve situações em que revisores oficiais de contas aprovaram contas de bancos que posteriormente entraram em insolvência e questionou se o revisor era o mesmo. Disse que ficaram admirados com as alterações orçamentais de grande dimensão feitas unicamente pelo Sr. Presidente da Câmara e pelos seus técnicos. Acrescentou que o Revisor Oficial de Contas era uma peça-chave e referiu que, na discussão das GOP e do Orçamento, o ROC deveria estar presente para garantir a transparência e a correção das contas, esclarecendo que não pretendia fazer qualquer juízo de valor.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Reis, respondeu que, caso houvesse dúvidas sobre as contas, o Grupo Municipal da AD poderia apresentar uma declaração de voto ou uma moção a fim de esclarecer a situação. Referiu que não fazia sentido a comparação entre a falência de bancos e o trabalho dos revisores oficiais de contas e que, certamente, o mesmo não aconteceria com as contas do Município. Sobre o ROC, confirmou que era o mesmo dos anos anteriores. Disse não ter percebido o alcance da questão levantada pelo Membro da Assembleia Nuno Rocha e lembrou que, na discussão da revisão orçamental, foi afirmado que não houve qualquer ilegalidade na sua elaboração, questionando se existia alguma irregularidade ou ilegalidade nesse ato.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) respondeu que a Assembleia Municipal estava reunida para esclarecer várias questões, de forma a defender os interesses do Concelho.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Reis, respondeu que já tinha referido a ausência do Presidente duas vezes e que aguardava que ainda fosse abordada a questão do Alojamento Local. Esclareceu que, para além de já ter respondido à questão da Membro da Assembleia Maria João Caetano, e de ter perguntado se existia alguma outra questão, o documento identificava claramente quem seria o ROC. Acrescentou que, de seguida, o Membro da Assembleia Nuno Rocha, em defesa da colega, trouxe a questão dos revisores e da falência de bancos, o que considerou não fazer sentido.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) respondeu que apenas se tinha referido uma vez à ausência do Presidente, devido à importância da discussão, e que o Sr. Vice-Presidente estaria a confundir essa referência com a questão do Alojamento Local. Lembrou que o Sr. Presidente da Câmara tinha afirmado ter elaborado, conjuntamente com um técnico, a revisão do orçamento, por ter essa competência, e disse que o Sr. Vice-Presidente não tinha razão.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) explicou que tinha lido todo o documento e que não encontrou referência a que o ROC vencedor fosse o auditor anterior.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Nove da Ordem do Dia: **PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO, CERTIFICAÇÃO LEGAL E PARECER, DAS CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS, PARA OS EXERCÍCIOS ECONÓMICOS DE 2026 A 2029**, que obteve o seguinte resultado:



Fl. 55v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

	PS	AD	CHEGA	LCF	CDU	TOTAL
VOTOS A FAVOR	13	6	0	0	1	20
ABSTENÇÕES	0	0	0	1	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	5	0	0	5

-----**DELIBERAÇÃO N.º 46/AM/2026:**

-----**Deliberado**, por maioria, com 20 votos a favor (13 do PS [Carlos Fonseca, Dina Cintra, Eduardo Ribeiro, Fábio Gonçalves, José Guerreiro, José Jácome, Márcio Viegas, Maria Manuela Rodrigues, Patrícia Silva, Rita Toste, Rui Maurício, Sofia Santos, Sónia Melo], 6 da AD [Carlos Vieira, Filomena Sena, João Campos, Maria João Caetano, Nuno Rocha, Rui Araújo] e 1 da CDU [Daniel José], 5 votos contra do CHEGA (Carlos Carmelino, Diná Graça, Margarida Correia, Mário Santos, Sandra Oliveira) e 1 abstenção da LCF (Rui Leonardo), nomear a Sociedade “António Fortunato & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Limitada”, como Auditor Externo para Auditoria, Certificação Legal e Parecer, das Contas Individuais e Consolidadas da Câmara Municipal de Lagos para os Exercícios Económicos de 2026 a 2029, pelo valor de 73 999,20€ (setenta e três mil novecentos e noventa e nove euros e vinte cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, nos termos consignados no n.º 1 do Artigo 77.º da Lei das Finanças Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 18 de fevereiro de 2026.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por voto eletrónico.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente da Mesa, em exercício, declarou encerrada a Sessão eram 21 horas e 49 minutos, da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, José Manuel da Silva Jácome, 1.º Secretário, em exercício, da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevo e assino juntamente com a sua Presidente, em exercício, Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo.-----

.....
.....